

O apagão do conhecimento

Mauricio Pimentel
Out/07

No Brasil, o século XXI começou com menos luz e, por conseguinte, com menos brilho do que nós, cidadãos brasileiros, esperávamos e desejávamos.

Iniciamos os anos 2000 às voltas com um APAGÃO, o da energia elétrica (é necessário especificar, já que este não foi o único, infelizmente).

Para a minha surpresa, ao procurar o termo APAGÃO no dicionário Aurélio, numa edição de 1999, não o encontrei! O corretor ortográfico do meu editor de texto insiste em grifar todas as ocorrências da palavra neste texto, o que reforça a impressão de que seja um neologismo. É curioso como em tão pouco tempo a idéia do apagão criou corpo, sentido e contexto e tomou parte das conversas cotidianas, das mais amenas e despreocupadas às mais importantes e formalizadas. Que coisa!

Pudera! Oficialmente falando, o Brasil passou nos primeiros 7 anos deste milênio por dois apagões oficiais, registrados, protocolizados e reconhecidos pelo governo, imprensa e órgão da sociedade civil: o da energia elétrica (pai de todos os outros, por emprestar-lhes a referência), fruto de um plano governamental de racionamento e limitação de uso da energia; e o aéreo, objeto de CPs e de planos governamentais.

Extra-oficialmente e não menos reais, muitos outros apagões surgiram e entraram nas pautas de governo, empresas e cidadãos: o da infra-estrutura, o da saúde pública, o do senado federal, o da ética, o do trânsito, dentre outros.

Mas o que é apagão?

O termo apagão refere-se a crises de abrangência nacional que ocorrem em momentos em que boas notícias sobre crescimento econômico, produtivo ou tecnológico da nação são esperadas e, na mesma medida, acabam servindo de desculpa para a não realização do potencial crescimento. Portanto, toda vez que o tema vem à tona, podemos esperar os comentários que justificarão mais um resultado nacional abaixo do esperado e possível, graças a um apagão.

Cria-se assim a idéia de que o crescimento e o desenvolvimento são os culpados!

Surge, então, a falsa idéia de que, se produzirmos mais, vendermos mais, passearmos mais, investirmos mais, novos apagões vão acontecer e estaremos submetidos a novas restrições de consumo, produção e investimento.

Esta é a mensagem que repetida muitas vezes, torna-se verdadeira na nossa consciência coletiva. Gera então uma previsão auto-realizável justamente por estar impregnando a forma como o povo enxerga o crescimento e suas bases de sustentação. Que pena!

Outra discussão possível e comum nas rodas de conversa é a predição de qual será a próxima crise digna de ser chamada APAGÃO. Como num jogo de azar, apostas são feitas, projeções são construídas e a sensação de que seja necessário adivinhar o futuro aprofunda-se sempre mais, a ponto de começarmos a esquecer que estes espasmos do crescimento e do desenvolvimento são resultados de ações concretas que foram ou não tomadas em outro tempo.

Por isso, mais do que adivinhação, necessitamos urgentemente é de planejamento, competência, visão de futuro e compromisso com a sustentabilidade de nossas ações estratégicas e de preparação para o futuro.

Há uma discussão sobre as condições atuais, favoráveis para o Brasil entrar e firmar posição no mercado internacional, tanto como um consumidor qualificado, quanto como

fornecedor competitivo de produtos, serviços e tecnologia de alto nível e inovadores. Mas será que “devemos produzir”? “Devemos investir”? Esta “ousadia” não nos trará problemas futuros?

No meio desta instabilidade econômica, política e social surge, de vez em quando, uma pergunta de importância capital: Se hoje o Brasil realizasse o seu potencial de crescimento, haveria mão-de-obra qualificada disponível?

Coloca-se, nesse ponto, a questão do conhecimento. Uns dirão que a construção do conhecimento é consequência do crescimento, é a parte distribuída “do bolo” do crescimento e como tal virá depois – primeiro devemos fazer o bolo e depois compartilhar. Outros argumentarão que conhecimento é infra-estrutura, e que, portanto, é prévia ao crescimento e assim temos que começar a fazer alguma coisa já.

O fato é que já estamos no meio de uma crise de oferta de profissionais com competência para ocuparem posições intensas em conhecimento. E por quê?

Dentre muitos porquês, me interessa discutir a questão da Gestão do Conhecimento como processo social, ou seja, processos estratégicos voltados à capacitação do nosso povo para o trabalho, com o conhecimento ao alcance de todos e uma nova prática educacional que seja formadora de mentes competentes e capazes de inovar.

Seria esta a raiz de todos os apagões?

Seria esta a razão do medo do crescimento?

A educação brasileira tem estado, já há muitos anos, à beira de um colapso. Sua fragilidade e fraqueza têm representado o que de pior tem sido feito no planejamento de futuro. Tem sido tratada ideológica e politicamente, quando, todos nós já sabemos disto, deveria ser parte de um pacto nacional a favor da competência. Mas por quê?

Porque no Brasil a educação é só discurso, tanto dos governos, quanto das empresas e da própria população.

Ao governo interessa os números de inclusão nas escolas, mas em nada interessa a avaliação de seus próprios métodos e políticas de educação, da qualidade de educação oferecida à população ou das condições a que esta educação está submetida.

Às empresas, em muitas das vezes, interessa ter um engenheiro com cargo e salário de técnico, subutilizando a formação deste profissional, ou ainda, um técnico – com salário de técnico – exercendo funções repetitivas e empobrecidas, mas de um engenheiro. Manifestam interesse em que seus funcionários estudem e terminem o ensino superior, e ganhem status de “bem formados”, mas não se interessam em cuidar para que tenham prioridade no estudo e sim na hora extra, no plantão ou na cobertura de suas ineficiências e falta de planejamento operacional. A educação pode esperar!!!

E a população? Podemos começar pelos pais, aqueles que deveriam ser promotores e incentivadores da educação e da formação ampla, concreta e valorosa dos seus filhos. A muitos deles interessa que a escola cubra suas ausências ou que atenda as vontades de seus filhos, independentemente do que estas vontades representam para o resultado da educação deles.

Querem ainda que seus filhos sejam tratados como clientes, entendendo a relação de educação como sendo tipicamente comercial. Não entendem que há sim relações comerciais, mas a educação está muito acima disto, não atribuem a ela a prioridade que dizem atribuir.

Temos ainda o aluno.

A este interessa toda a gama de fatores e valores presentes nas escolas, menos o conhecimento. Valem os amigos, as paqueras, as colas, os passeios ... mas não o aprendizado. Vale decorar e importa passar, mas aprender ... pra quê?

Não têm internalizado o valor da boa formação! Não enxergam o futuro como o grande objetivo de suas vidas. Essa situação de apatia é, em parte, fruto da educação recebida dos pais e da sociedade, que não conseguem fazer com que o aprendizado do conhecimento tenha valor e importância na vida de seus filhos. Mas o fato é que não podemos mantê-la.

E assim, o conhecimento e a formação profissional vão sendo reservados a poucos que conseguem ultrapassar estas barreiras que a sociedade brasileira impôs. A estes, o futuro parece mais concreto, mostra-se melhor definido, sustentável e lhes é sempre convidativo e motivador. Mas eles são poucos!

E como são poucos, serão diferenciados e, possivelmente, escolherão as melhores posições e cargos e receberão as melhores remunerações, aumentando ainda mais a distância entre a sua situação e a dos que discursam em nome da educação, mas nada fazem por ela. Reforçaram, através de suas competências, o fosso da desigualdade existente no Brasil.

Por serem poucos, não preencherão todas as vagas. Deixarão que pequenas empresas ou negócios iniciantes concorram para contratar aqueles que têm formação média ou mínima, sentenciando-as a falta de criatividade, inovação e capacidade de concorrer em mercados intensos em conhecimento.

Como podemos estar confiantes no potencial crescimento sustentável brasileiro se, no horizonte, a formação dos nossos engenheiros, médicos, economistas, administradores, analistas de sistemas e professores – dentre tantos outros – está, desde já, comprometida. Que sustentabilidade é esta?

Seja sob qual aspecto for, a formação escolar e universitária da nossa população é o mais importante fator de sustentação do crescimento político, ambiental, social e econômico e, portanto, sem este pilar firmemente construído, toda esperança e expectativa de crescimento estável e sustentável é mera euforia, bolha de sabão.

Mas o capital e o mercado constroem soluções para os seus paradoxos. Então, é possível que as empresas tragam seus gestores, técnicos e ativistas do conhecimento de outros países e os imponha às organizações daqui, alienando novamente a prática e experiência do conhecimento de grande parte dos trabalhadores, aqueles sem competência para tal desafio.

Assim cria-se um ciclo vicioso no desenvolvimento do conhecimento e, talvez o mais grave: reforçamos a idéia de que seria melhor não ter investido, produzido e crescido, pois, por termos tomado estas atitudes, estamos novamente submetidos a limitações, restrições e alienações.

E como um plano nacional de Gestão do Conhecimento e do Aprendizado Coletivo poderia ser aplicado à educação e à formação de profissionais, em quantidade e qualidades suficientes, com capacidade de reverter estas tendências?

Reformando os currículos, inovando as práticas, firmando e questionando os objetivos e metas da educação, com forte apego à estratégia e ao planejamento. Promovendo, de fato, o acesso ao conhecimento de ponta e a curiosidade pelo conhecimento. Valorizando as práticas de ensino.

Gerenciando os ambientes, as regras de convivência e troca de opiniões, desenvolvendo os espaços criados para a educação. Traçando metas e objetivos reais de formação cidadã e profissional, que sejam aplicados às escolas (públicas ou particulares), aos profissionais envolvidos e aos alunos e estudantes – focos neurais deste esforço.

Disponibilizando e oferecendo atividades e ações de construção de conhecimento ou de preparação para tal, através não só de escolas, mas também de clubes, associações, condomínios, etc.

E ainda, mobilizando os atores da ação do conhecimento, não por meio de motivação ou premiação (esta deve ser a crença num futuro sem apagões), nem de forma ideológica e parcial, mas por meio de programas e estratégias includentes e desafiadoras que abarquem professores, diretores, líderes sociais e políticos, pais e alunos.

Com isto reverteríamos o senso coletivo, transformando-o em maior motivação para o crescimento. Prepararíamos nossos jovens e crianças para os desafios da vida adulta e produtiva, criaríamos condições mais dignas de desenvolvimento e concorrência profissional, estabeleceríamos bases firmes para o real crescimento e gestaríamos um Brasil novo.

É certo que esta discussão exige muito mais do que estas poucas linhas, mas quem sabe se com estas ações implementadas será possível evitar o apagão do conhecimento e da competência nacional e assim conseguiremos salvar este século da falta de luz e brilho.